

# Brasil quer ampliar o prazo para pagar juros

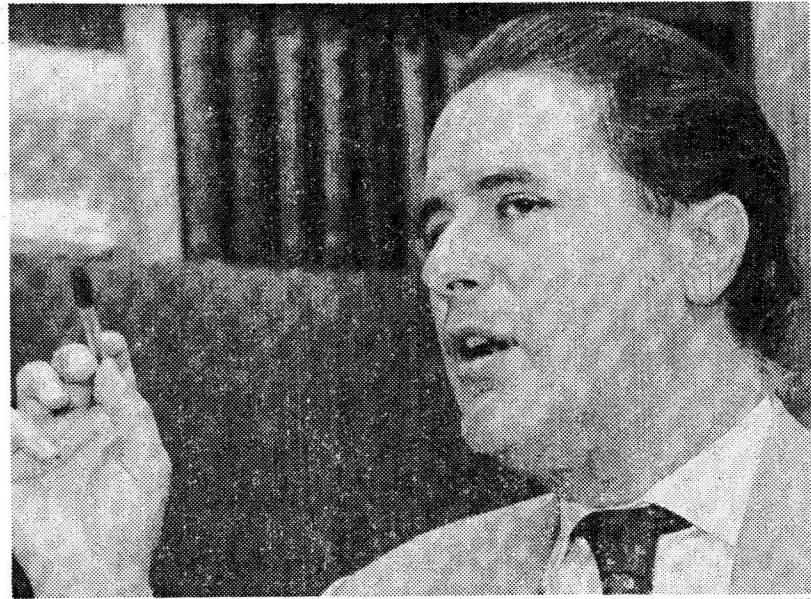
Objetivo é evitar moratória e permitir que reservas cheguem a US\$ 7 bilhões

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — A prorrogação do prazo de pagamento da parcela de US\$ 2,3 bilhões de juros que vence este mês é uma das saídas com que o governo conta para acertar o passo com os banqueiros e evitar a moratória. O pagamento dos juros, no termos do acordo firmado pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, no ano passado, é feito a cada seis meses. A idéia seria ampliar esse prazo para preservar as reservas cambiais, que já estão na casa dos US\$ 7 bilhões. O objetivo é chegar a US\$ 8 bilhões.

O secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, vai a Nova York quarta-feira para uma série de reuniões com o comitê de bancos. Se até lá o Fundo Monetário Internacional (FMI) não tiver dado sinal verde para um acordo com o Brasil — o que parece improvável —, Amaral tentará acertar com os credores uma forma de reestruturação dos pagamentos ou pelo menos obter consentimento para atrasar os pagamentos, sem que se rompa o processo de negociação.

Amaral não levará propostas fechadas aos banqueiros. Mas terá, como ponto de partida para a negociação, a decisão do governo de não utilizar as reservas cambiais para saldar os compromissos de setembro. Na mesma linha de ação, o embaixador nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, retoma esta semana em Washington contatos com autoridades do Tesouro americano, do FMI e do Banco Mundial tentando incluir essas instituições no arranjo para que o País caminhe até a posse do futuro governo sem estrangular o re-



Ricardo Chaves/AE - 28/02/89

Sérgio Amaral: viagem aos EUA para reestruturar as contas

lacionamento com a comunidade financeira internacional.

O governo decidiu que entregará ao sucessor a administração do País com reservas em caixa da casa dos US\$ 8 bilhões. A estratégia de não queimar reservas para regularizar pagamentos — como foi feito no ano passado — não se prende à questão imediata de evitar a hiperinflação que, na visão da equipe econômica, ocorreria se as reservas se esgotassem.

De acordo com uma alta fonte do governo, é preferível atrasar os pagamentos dos juros, empurrar com a barriga o que for possível, e, em contrapartida, entregar ao sucessor um grande volume de reservas. Com isso, o futuro presidente da República estaria em boas condições para renegociar não só os juros atrasados — que certamente serão capitalizados —, mas uma ampla reestruturação do perfil da dívida do País com redução de seu valor global.

Nas conversas reservadas da equipe econômica, o exemplo do México é citado com freqüência. O presidente Salinas de Gortari conseguiu montar uma eficiente equipe de negociadores e, mesmo

com o apoio explícito dos Estados Unidos, demorou meses para fechar um acordo de redução da dívida. Um acordo que, a essa altura, é considerado insuficiente para afastar a crise do endividamento. O ministro Maílson da Nóbrega acha que, no caso brasileiro, as negociações serão difíceis. E para negociar bem será indispensável ter em caixa algo em torno de US\$ 8 bilhões. Com isso, o País não ficará vulnerável ao poder de retaliação dos bancos.

O ministro da Fazenda aproveitará a reunião anual do FMI, nos dias 22 e 23, para uma série de encontros de alto nível com autoridades e banqueiros europeus e japoneses. O recado do ministro dependerá da situação que o País estiver vivendo (acordo ou não com o FMI). Mas, em qualquer hipótese, ele trabalhará para manter fluentes as relações com a comunidade financeira internacional. Mesmo que ocorram os atrasos, a continuidade das conversações, na visão do ministro da Fazenda, é de interesse do País. Se o diálogo for cortado agora, a retomada das negociações no futuro governo será um processo delicado.